

Comunicação para o desenvolvimento: reordenamento em tempo de crise*

Clara Pugnali**

Resumo

O acesso às tecnologias da informação e à comunicação irrestrita para alavancar o desenvolvimento humano e a construção permanente de cidadania traz em si a complexidade do inacabado. São necessários a afirmação, a reafirmação e o apoio internacional a esse direito frente às sociedades autoritárias. Mais de 30 anos após a divulgação das recomendações da Comissão da Unesco, de que a comunicação fosse um instrumento para a instauração da paz, da democracia e do desenvolvimento para todos os povos, não devendo ser utilizada de forma vertical, a comunidade internacional ainda mantém esse debate em aberto. O intuito de ampliar de forma irrestrita e imediata a concepção do direito à informação para direito à comunicação – ambos integrantes dos direitos humanos –, dando voz às pessoas em todo o mundo por meio da Comunicação, ainda está por fazer.

Palavras-chave: Comunicação. Desenvolvimento. Cidadania. Democracia.

Abstract

The search for access to information technologies and unrestricted communication in order to leverage human development and construction of permanent citizenship, embodies the complexity of the unfinished. So it is always necessary affirmation, reaffirmation and international support for this right in the face of authoritarian societies. More than thirty years after the publication of the recommendations of the Commission of Unesco that communication was an instrument for building peace, democracy and development for all people, not being used vertically, the international community still maintains this open debate. The aim of expanding on an unrestricted and immediate conception from right to information to right to communication – both parts of human rights – and thus give voice to people around the world through Communication, is still to be done.

Keywords: Communication. Development. Citizenship. Democracy.

Uma longa trajetória

O *Relatório MacBride* reconheceu, em 1980, que o princípio da liberdade de ex-

pressão, aplicável a todos os povos do mundo, não admitiria exceção por ser inerente à dignidade humana e ser um direito huma-

* Os temas tratados neste texto foram inicialmente abordados na tese *Comunicação para o desenvolvimento: apoio a projetos de ajuda humanitária em sociedades pós-conflito ou em conflito latente*. Alguns trechos integraram o livro *Comunicação e desenvolvimento. Entre imagens e bombas*.

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pesquisa doutoral na Universidade de Coimbra. Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Mestre pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Autora do livro *Comunicação e desenvolvimento. Entre imagens e bombas*. Pesquisadora do Ceacom – Centro de Estudos de Avaliação e Mensuração em Comunicação e Marketing (ECA-USP).

no fundamental.¹ Há quase quarenta anos, Amadou-Mathar M'Bow afirmava, no prefácio do *Relatório MacBride*, que pensar que os povos desejassem estabelecer vínculos de uma solidariedade cada vez maior e instaurar progressivamente relações de respeito e cooperação mútua já não seria uma utopia. Mas para isso, ressaltava o dirigente da Unesco, seria necessário que os meios de comunicação não fossem colocados simplesmente a serviço de interesses do poder, aprofundando as dificuldades já existentes entre as nações, naqueles anos da Guerra Fria. Para M'Bow, o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial da Comunicação permitiria aos povos compartilhar o conhecimento e a visão dos assuntos mundiais. Quando isso ocorresse, a humanidade teria dado um passo decisivo em direção à liberdade, à democracia e à solidariedade. A mensagem do diretor da Unesco, no lançamento do relatório *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época* foi transcrita pelo fato de que o momento histórico que passamos a viver a partir do final de 2010 parece indicar esse outro ordenamento.

Nos anos 1960, Jean D'Arcy foi um dos primeiros promotores do “direito à comunicação”, quando afirmou que chegaria o dia em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos teria de incluir um direito mais amplo que o direito do homem à in-

formação.² Esse seria o direito dos homens de se comunicar (D'ARCY, 1977). O que motivava o novo enfoque era a observação de que as disposições dos direitos humanos ratificaram a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto dos Direitos Civis e Políticos. O reconhecimento do direito de comunicar-se é essencial se desejarmos que a governabilidade global das “sociedades da comunicação” considere a preocupação com o respeito aos direitos humanos (HAMELINK, 1994). Isto significa não aceitar os Estados, mercados ou as tecnologias como diretrizes, mas que os interesses dos povos sejam definidos como as diretrizes do modelo de mundo que queremos e que deveremos seguir.

A globalização encerra em si a metáfora de uma sociedade de comunicação viabilizada pelas tecnologias da informação.

2 D'Arcy estabeleceu as etapas sucessivas para a adoção: “[...] na época da ágora e do foro, da comunicação interpessoal direta, surge o conceito básico para todo o progresso humano e para toda a civilização – a liberdade de opinião [...] o surgimento da imprensa, que foi o primeiro dos meios de expressão de massas, provocou, pela sua própria expansão e contra as prerrogativas de controle reais ou religiosas, o conceito correlato de liberdade de expressão [...]. O século XIX, que presenciou o extraordinário desenvolvimento da grande imprensa, caracterizou-se por lutas constantes em prol da liberdade [...]. A chegada sucessiva de outros meios de comunicação de massas – o cinema, rádio e televisão – da mesma forma que o abuso de todas as propagandas em véspera de guerra, demonstrou rapidamente a necessidade e a possibilidade de procurar, receber e difundir as informações e ideias sem consideração de fronteiras [...] por qualquer procedimento. Hoje em dia parece possível um novo passo adiante: o direito do homem à comunicação, derivado de nossas últimas vitórias sobre o tempo e o espaço, da mesma forma que da nossa mais clara percepção do fenômeno da comunicação [...]. Atualmente, vemos que engloba todas as liberdades, mas que além disso traz, tanto para os indivíduos quanto para as sociedades, os conceitos de acesso, de participação, de corrente bilateral de informação, que são todas elas necessárias, como percebemos hoje, para o desenvolvimento harmonioso do homem e da humanidade” (*Le droit de l'homme à communiquer*) Documento de número 39 apresentado por D'Arcy à Comissão MacBride.

1 Elaborado pela comissão presidida por Sean MacBride – jornalista, político e jurista irlandês, ganhador dos prêmios Nobel e Lênin da Paz – que iniciou seus trabalhos em dezembro de 1977, apresentados em maio de 1980. Na divulgação do Relatório *One World, Many Voices*, os Estados Unidos abandonaram a Unesco por discordar dos matizes ideológicos de suas recomendações. Disponível em: <<http://www.communicationofsocialchange.org/mazi-articles.php?>>>.

A aldeia global imaginada por McLuhan é a metáfora que revela a percepção da globalização. Ela evoca a experiência hoje cotidiana de uma comunidade de comunicação, sustentada em tecnologias da informação que se desenvolvem a um ritmo prodigioso. De acordo com Pureza (1998, p. 41), “a identidade predominantemente televisiva da aldeia global está a suceder o acesso direto de cidadãos às fontes de informação privadas [...] e os grupos de discussão eletrônicos através da disposição de meios informáticos em rede”.

A metáfora da aldeia global é um mecanismo de ocultação, uma vez que obscurece o passado de controle estatal sobre a informação para consolidação das identidades nacionais e cede espaço para a mundialização, cuja fundamentação é o princípio da rentabilidade máxima da informação-mercadoria a que é submetida a sociedade. Tal metáfora da aldeia global é ilusória, posto que a informação, agora mercadoria, reproduz um sistema hierárquico de dominação do sistema mundial. E, longe de ser planetário e de sustentar uma verdadeira comunidade de comunicação, dissimula a concentração e a maior assimetria entre países e regiões do globo (PUREZA, 1998), também no que tange à informação e à comunicação

O acesso à informação na ponta dos dedos, hoje banal, possui uma velocidade antes difícil de ser imaginada, mas preconizada desde a temida sociedade totalitária, criada por Orwell na obra *1984*, em que o *Grande Irmão* exigia a cega obediência, fabricava a verdade, a ascensão e a queda de ídolos, e que se materializa na era Snowden ou na epopeia de Júlio Verne, com a descoberta de que o interior é como o exterior –

Viagem ao centro da Terra revela “um novo jogo metafórico ao redor de uma rede de significações”. Nela, a imagem, a forma e a aparência vão ser cada vez mais valorizadas e, sobretudo, os mesmos termos servirão para descrever o que se passa no homem e os seus comportamentos externos, afirmavam Breton e Proulx (1994, p. 51).

Avançando ao modelo da comunicação a partir das mídias de massa – cinema, televisão, rádio –, ainda o principal referencial da comunicação atual, e mediada pela técnica, pela ausência de diálogo e direcionada para receptores potenciais indefinidos, estabeleceu este uma sociabilização midiática própria, reveladora do espírito desta época, superando barreiras geográficas e culturais, transformando a circulação de bens simbólicos em um mercado de significância econômica e social (PUNTEL, 2010), que encerra a intencionalidade de seus produtores e a lógica industrial de sua produção.

A comunicação dialógica não presencial é o elemento novo e instaura um modelo diverso que reestruturará o ambiente comunicacional, afirma Puntel (2010). Combinará a relação dialógica e a mediação técnica, permitindo a simulação do modelo que integra o diálogo e fundamenta o conhecimento humano. Desconsidera barreiras de tempo e espaço em uma interação mediada pela máquina. Pelo computador, no ambiente do *cyberespaço*, em *chats*, e-mails, teleconferências e em listas de discussão, o modelo se soma aos precedentes, constituindo nova configuração, ou inaugurando uma construção social, a partir da tecnologia digital, que opera redimensionada na relação espaçotemporal clássica. Nessa rede comunicativa é possível o contato com todos, em todos os lugares do

mundo, determinando um reordenamento da realidade.

A comunicação e a guerra

Como afirma Morin (2015), o século XX dotou-nos, ao preço do sangue, do terror e da morte. A experiência-chave do século é a de uma reação em cadeia que, deflagrada em Sarajevo, em 1914, desencadeou a Primeira Guerra Mundial. Esta suscitou o comunismo totalitário, o fascismo italiano e o nazismo. O partido de Hitler surge de uma crise econômica sem precedentes, que origina a Segunda Guerra Mundial, abre caminho para a Guerra Fria e que terminará com a implosão da União Soviética. O fim do império do proletariado agravou uma crise futura, pois motivou a eclosão tumultuosa de nacionalismos.

As regressões do século XX fizeram surgir guerras, crises, nacionalismos, socialismos que, diagnostica o filósofo francês, deram vida ao novo monstro histórico do totalitarismo. O século que passou fez-nos viver a experiência de uma religião da salvação terrestre, que se desintegrou na sua realização e mostrou que a revolução resuscitava uma pior forma de exploração do que a que deveria ser aniquilada.

Nos regimes totalitários e em situação de conflito, a comunicação é feita de forma unilateral – dos governantes para os governados –, sendo esta uma das características fundamentais dos regimes antidemocráticos. É preciso fazer a distinção entre a comunicação – um processo que deverá ser participativo e de diálogo – e a informação como canal de difusão vertical (WOLTON, 2010).

O estilo verbal e a retórica cortante de Mussolini, ou a linguagem mítica, são de

uma irracionalidade comparável ao histerismo de Hitler e exemplificam historicamente que os governantes totalitários não se propunham – como não se propõem – minimamente a *informar*, mas a impor o seu ponto de vista, mediante uma hábil mescla de persuasão emotiva e de ameaça, permeadas por um tom de exasperada exaltação nacionalista ou racista.

Mais que a informação propriamente dita, havia ainda uma comunicação unilateral, seguida de decisões tomadas sob bases irracionais. Segundo essa concepção, a política seria *decisão pela decisão*, puramente e simplesmente *comunicada* de modo tal que deveria ser aceita mais ou menos carregada de exaltante tensão emotiva ou, sobretudo, de terror, como afirmava Aranguren, ele próprio exilado da Espanha franquista.

Em situações de guerra, pós-conflito e em regimes totalitários, a comunicação é cerceada de inúmeras formas: mensagens interceptadas, ameaças, fechamento de veículos de comunicação e mesmo a proibição de acesso do país à rede mundial. Poucos são os que podem exprimir uma opinião – ou apenas um –, e os demais serão meramente o seu eco. Como sublinha Pureza (2005), a imensa maioria dos súditos (não cidadãos) se limita a receber passivamente a opinião oficial, uma vez que a comunicação/informação é organizada de modo a impossibilitar qualquer resposta.

A abertura dos canais de comunicação, em contraponto, não significa em si a verdadeira democracia. Aranguren (1967) assinalou que os meios de informação, aparentemente livres e não controlados pelo Estado, podem de fato ser monopolizados pelo grande capital. Este não tem interes-

se no totalitarismo e na ditadura, mas sem dúvida também não tem interesse em uma completa e autêntica democracia. A imprensa livre, afirmava, na verdade não é livre, sobretudo, porque repousa sobre o dinheiro. Os meios de informação são livres em relação ao Estado, mas não em relação ao dinheiro, que em essência é conservador.

Vivemos em uma época em que a crueldade, a guerra e a violência fazem parte da realidade, e que os alvos dos conflitos se deslocaram intencionalmente de militares para civis. Independentemente dos acordos, acertos, desacertos, conluios e coesões militares entre governantes, o povo dos países tem o desejo de viver em liberdade, com seus direitos fundamentais assegurados e, principalmente, em paz. E seria de grande importância que os meios de comunicação reforçassem esse ideal de forma sistemática. Onde predomina um sistema lucrativo de produção armamentista haverá interesse na manutenção dos gastos militares e, portanto, a influência sobre a opinião pública e sobre os decisores políticos, por parte de quem controla esse jogo para manter os gastos que Eisenhower denominou de “complexo militar-industrial” (UNESCO, 1983).

A guerra não deve manchar com infâmia o estado de paz, nem as negociações de paz. Estas deveriam garantir a responsabilização e de alguma forma não mostrar desprezo pelo sentimento de autoestima das nações. Os cidadãos não poderiam “se dar ao luxo de lavar as mãos da construção de uma paz verdadeira” e deixar as decisões importantes “para os estadistas”. Não deveriam abdicar de sua responsabilidade. “Devemos agir como se a paz perpétua fosse algo real, embora talvez não seja”,

dizia Vieira de Melo na década de 1990 (POWER, 2008, p. 95).

Comunicação, cidadania, cultura da paz

A progressiva implantação das novas tecnologias da comunicação e a redução de custo dos próprios processos comunicativos asseguram que uma organização, mesmo que pequena, possa dispor de meios para divulgar a sua opinião. Entretanto, os meios não asseguram sua presença no debate social. A possibilidade de acesso nem sempre dependerá das organizações, mas sim do jogo político e ideológico que assegura o direito à visibilidade dentro do Estado, principalmente onde os direitos fundamentais e a democracia sejam valores relativos (HERNANDEZ, 2004).

A comunicação deve ser um processo social, baseado no diálogo, que utiliza uma ampla gama de ferramentas e métodos com o objetivo de partilhar conhecimento e competências. Essa forma de comunicação visa a construir políticas e promover debates que resultem em mudança significativa e sustentada em direção ao desenvolvimento e ao bem comum. Para Fraser e Villet (1994), uma estratégia de desenvolvimento que aplica o enfoque da comunicação pode revelar as atitudes silenciosas das pessoas e sua sabedoria tradicional. Ao mesmo tempo, ajuda-a a adaptar suas perspectivas, adquirir novos conhecimentos e habilidades e propagar, de forma massiva, novas mensagens com novo conteúdo social para públicos mais amplos. A questão que se apresenta é o motivo de esse debate permanecer em aberto, assim como as disparidades, já que a cidadania não pode encerrar injustiças e desigualdades.

A ponderação com que os meios de comunicação internacionais descrevem de modo impressionante as situações de fome, as inundações, epidemias e outras calamidades que atingem os países em desenvolvimento – e também os desenvolvidos – poderia descrever aquilo a que o mundo hoje assiste. As tragédias sensibilizam e contribuem para provocar a ajuda e a intervenção dos governos e das organizações privadas. Mas as ações deveriam superar a fase dos primeiros auxílios e da reconstrução para contribuir para o desenvolvimento e a mudança.

Apesar de atual, o discurso precedente pertence ao *Relatório MacBride* (1983, p. 297) e acrescenta que “a capacidade de resolver esses problemas imensos ou de provocar o desenvolvimento ultrapassa as possibilidades da comunicação. O que esta pode fazer é [...] concentrar a atenção, destacar as oportunidades, mobilizar a opinião pública, criticar a indiferença e as obstruções”. O resultado seria a mobilização da opinião pública nos países em desenvolvimento e o fomento de uma maior compreensão nos desenvolvidos. O intercâmbio de ideias mais intenso entre todos os setores da sociedade, possibilitado por essa comunicação, resultaria na participação da população em uma causa comum, requisito fundamental para uma sociedade sustentável e para a manutenção da paz (UNESCO, 1983).

Comunicação e desenvolvimento

Existe a necessidade de uma comunicação como um direito humano, que permita às comunidades terem voz própria e participarem progressivamente das decisões so-

bre seu desenvolvimento e sobre sua vida, a Comunicação para o Desenvolvimento. Esse é um processo que permite às comunidades falar, expressar suas aspirações e preocupações, e participar nas decisões que dizem respeito ao seu desenvolvimento (Assembleia Geral da ONU, Resolução 51/172, artigo 6). Essa definição contrasta profundamente com a tendência de associar a palavra “comunicação” a conceitos como disseminação, informação, mensagem, mídia e persuasão.

A expressão “Comunicação para o Desenvolvimento” engloba esses conceitos, mas incorpora uma visão muito mais ampla para facilitar o diálogo, investigar riscos e oportunidades, comparar percepções e definir prioridades para mensagens e informações. E, o mais fundamental de um processo social, envolver as pessoas no seu próprio desenvolvimento. A diferença real entre a comunicação e a Comunicação para o Desenvolvimento reside nessa visão mais ampla que considera as opiniões das pessoas afetadas pelas alterações decorrentes do desenvolvimento como participantes ativos de um processo social, e não apenas receptores de mensagens.

Se o desenvolvimento é algo feito por e para as pessoas, a Comunicação para o Desenvolvimento deve ser central em qualquer iniciativa de desenvolvimento, desde o seu começo, por envolver os *rights holders* em seu processo de inclusão e de crescimento. A própria sustentabilidade dos programas e projetos de desenvolvimento está em relação direta com a participação dos interessados. E os interessados não são somente os chamados “beneficiários”, mas também as próprias organizações de desenvolvimento que pretendam que seus

programas tenham um impacto no longo prazo (DRAGON GUMUCIO, 2007).

A Comunicação para o Desenvolvimento é um processo social, baseado no diálogo e que usa uma ampla gama de ferramentas e métodos. Versa também sobre a procura de mudança em diferentes níveis, incluindo a escuta, a construção de confiança, a partilha de conhecimento e competências, construção de políticas, debate e aprendizado para mudança significativa e sustentada. Não é Relações Públicas ou Comunicação Corporativa (ONU, 2006, p. 9).

Existem aspectos diferenciadores fundamentais nessa comunicação, a saber: (i) buscar mais que a visibilidade institucional específica das relações públicas; (ii) ser um processo inclusivo e horizontal; (iii) constituir-se alternativa aos interesses políticos e comerciais hegemônicos; (iv) restituir o valor à terminologia *social* e rechaçar o mercantilismo dos meios massivos, conforme ressalta Dragon Gumucio (2007). Comunicação para o Desenvolvimento é uma comunicação participativa que identifica as necessidades de informação dos interlocutores, encerra a produção das mensagens, bem como sua apropriação pela comunidade, igualmente de forma participativa.

Comunicação como direito: utopia ou conquista?

A vitalidade social, a unidade cultural e a independência de um povo dependem de sua espontaneidade social. Por isso, sempre foi uma constante saber como reforçar essa importante característica, desvinculando-a do poder político, por vezes uma força repressora e aniquiladora da vitalidade social. A sociedade não é composta apenas por

indivíduos, mas por várias comunidades, grupos, por círculos, agremiações e associações que se diferenciam em tipo, caráter, extensão e dinamismo. Para Buber (2007), quanto maior for a relativa autonomia concedida às comunidades locais e regionais, maior se tornará o espaço de desenvolvimento dos poderes sociais.

É preciso que se afirme o direito dos povos à comunicação, resgatando as recomendações do *Relatório MacBride*, cuja comissão geradora³ revelou o consenso em relação aos problemas importantes, dúvidas em aberto e a exigência de uma análise permanente para a construção de uma forma democrática de comunicação e informação.

Havia a concordância da totalidade dos membros da histórica comissão de que seria fundamental a realização de reformas estruturais no setor de comunicação, pois a ordem existente mostrava-se inaceitável. A grande colaboração da comissão que era amplamente representativa em termos de diversidade ideológica, política, econômica e geográfica do mundo, salientou MacBride na época, foi ter conseguido delimitar, analisar e esboçar soluções aos problemas de comunicação existentes no mundo àquela altura. Um esforço embrionário, na percepção de MacBride, para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial da Informação

³ A *Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação*, composta por notáveis especialistas internacionais em cultura e comunicação, foi integrada por Elie Abel (EUA), Hubert Beuve-Méry (França), Eleke Ma Ekonzo (Zaire), Gabriel García Marquez (Colômbia), Sergei Losev (União Soviética), Mochtar Lubis (Indonésia), Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaac Akporuano Omu (Nigéria), Bogdan Osolnik (Iugoslávia), Gamal El-Oteifi (Egito), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavía (Chile), Boobli George Verghese (Índia), e Betty Zimmerman (Canadá).

e da Comunicação. Esse seria um processo em mudança contínua na busca dos seguintes objetivos: maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade no intercâmbio da informação, menor difusão de mensagens em sentido descendente, maior “autossuficiência” e identidade cultural e mais vantagens para toda a humanidade.

Quase quarenta anos após a divulgação das recomendações de que a comunicação fosse um instrumento para a instauração da paz, da democracia e do desenvolvimento para todos os povos, não devendo ser utilizada de forma vertical, a comunidade internacional ainda mantém esse debate em aberto. O desejo de ampliar de forma irrestrita e imediata a concepção do direito à informação para direito à comunicação – ambos integrantes dos direitos humanos –, dando voz às pessoas em todo o mundo, ainda está por se realizar.

A nova ordem de comunicação versus cerceamento

A busca do acesso às tecnologias da informação e do acesso à comunicação irrestrita para alavancar o desenvolvimento humano e a construção permanente de cidadania traz em si a complexidade do inacabado. Por isso, são sempre necessários a afirmação, a reafirmação e o apoio internacional a esse direito frente às sociedades autoritárias. As rebeliões iniciadas no norte da África, que alcançaram o Oriente Médio, espalhando-se pelo mundo, mostraram a força dos ativistas motivada pela indignação (CASTELLS, 2012). eclodiu o conflito latente por anos de subjugação, pela falta de liberdade, pelo desrespeito aos direitos humanos, pela inexistência de garan-

tias individuais e sociais, pelo cerceamento do direito à informação, à comunicação e à liberdade.

Mas, apesar de tudo, levantes se espalharam pela região, levando o povo às ruas em diversos países, sucessivamente, mostrando a nova realidade por imagens propagadas nas mídias sociais. O mundo viu representantes ditatoriais, há décadas no poder, ruírem um a um em efeito dominó, em processos antes impensáveis, iniciados no espaço das redes sociais e espalhados para o espaço público. Apesar do cerceamento do trabalho da imprensa internacional, ditadores *quase* vitalícios despencaram também pela ameaça da comunicação, mostrando que, talvez, a preconizada Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) tenha iniciado naquela parte do mundo e insuflado um processo para que, finalmente, a Comunicação assumira a complexidade e o poder de iniciar mudanças sociopolíticas e vencer conflitos, ou assumira o significado descrito pelo *Relatório MacBride* de que o princípio da liberdade de expressão, aplicável a todos os povos do mundo, não admite exceção por ser inerente à dignidade humana.⁴

4 Textos relacionados de garantia do direito à informação e comunicação:

Art. 19 da *Declaração dos direitos humanos* (1948) em que fica explicitado que o direito de liberdade de opinião e de expressão garante “não ser incomodado por causa de suas opiniões, pesquisar e receber informações e opiniões e o de difundir-las, sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão”.

O *Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos* (1966) afirma que o “direito à liberdade de expressão compreende a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerar fronteiras, seja oralmente, por escrito ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro procedimento da sua escolha”.

A *Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional*, aprovada na Conferência Geral da Unesco (1966) declara que: “a ampla difusão das ideias e dos conhecimentos, baseada no intercâmbio e na

O processo de instalação da NOMIC possivelmente esteja a emergir buscando a justiça, a liberdade e a paz no despertar e na mobilização das forças sociais em uma ação reivindicatória de base, de resistência e de oposição ao tiranismo, na luta para que as sociedades tornem-se mais equitativas, mais justas e mais democráticas, desnudando as relações fundamentais que existem entre a Comunicação para o Desenvolvimento e a liberdade, entre a comunicação e o poder, como que realizando a previsão de trinta anos atrás:

[...] Essa liberdade, frequentemente adquirida com esforço e contra a autoridade – qualquer seja essa, política ou econômica – à custa de grandes sacrifícios, inclusive da própria vida de alguns de seus defensores, constitui uma das conquistas mais valiosas da democracia, ao mesmo tempo que a sua garantia essencial. A existência da liberdade de expressão – ou a inexistência – é um dos índices mais seguros de liberdade, nas suas diversas formas, num determinado país. (UNESCO, 1983, p. 29).

Os conflitos dos indignados instauraram uma nova realidade e uma dúvida: para onde essa realidade nos levará? A

confrontação mais livres, é essencial para a atividade criadora, a procura da verdade e o cabal desenvolvimento da pessoa humana”.

O Art. II da Declaração sobre os princípios fundamentais em relação à contribuição dos meios de comunicação de massas para o fortalecimento da paz e da compreensão internacional, para a promoção dos direitos humanos e para a luta contra o racismo e a *apartheid* e a incitação à guerra, (UNESCO, 1978) declara: “o exercício da liberdade de opinião, da liberdade de expressão e da liberdade de informação, reconhecido como parte integrante dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, constitui um fator essencial do fortalecimento da paz e da compreensão internacional”.

Comunicação pode agora burlar a mídia tradicional e materializar-se pelas redes sociais, pelos celulares, pela comunicação interpessoal. A complexidade do inacabado e da mudança constante se propaga globalmente. O século XX descobriu a perda do futuro, descobriu sua imprevisibilidade e o fato de que a nossa história nos leva rumo ao desconhecido, um futuro aberto e imprevisível, como salienta Morin (2015). As próprias determinantes econômicas e sociológicas encontram-se em relação instável e incerta com acidentes e imprevistos. A recessão econômica, iniciada em 2008 e que se desencadeou no mundo, é exemplo disso. Um pensamento complexo reconhece ao mesmo tempo a incompatibilidade e a necessidade de unificação. O sociólogo descreve a ambiguidade desse pensamento que só por isso poderá fazer jus a este mundo de incertezas concretíssimas. Por ser aquele que reflete a incerteza enquanto concebe a organização, ele está apto a unir, contextualizar, globalizar e ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual e o concreto.

O fato de que o pensamento complexo não se reduz nem à ciência nem à filosofia permite que aconteça uma comunicação entre os conhecimentos, servindo-lhes de ligação. E o mais importante que poderemos apreender é que o modo complexo de pensar também permitirá desvendar problemas políticos e sociais. Isto porque um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias do nosso mundo incerto. Um pensamento que une pode iluminar uma ética da religião ou da solidariedade. “O pensamento da complexidade tem igualmente seus prolongamentos existenciais, ao postular a compreensão entre os homens” (MORIN, 2015).

Conclusão

“Para haver participação tem que haver comunicação.” Jacques Diouf apontava a importância decisiva da comunicação para promover o desenvolvimento humano. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação afirmava, em 1994, que os programas de desenvolvimento poderiam ter resultados promissores se os conhecimentos e tecnologias fossem efetivamente compartilhados com uma população empenhada e motivada em alcançar o êxito comum.

A população deveria ser a força motriz de seu próprio desenvolvimento na conquista de uma melhora permanente em seu nível de vida. A comunicação seria decisiva ao serem formulados os programas de desenvolvimento e permitir-se nesse processo a consulta à população. E, também, perceber suas necessidades e atitudes para a valorização dos seus conhecimentos tradicionais. A existência de denominadores comuns às questões relacionadas com o desenvolvimento, defendida por Fraser e Villet (1994), apontava como prioritário o fator humano. A participação da população definiria o resultado positivo, mais que o aporte científico ou material que um projeto poderia viabilizar. Esse discurso foi datado quase quinze anos após a divulgação do *Relatório MacBride*, mas a concretização das recomendações da Comissão ainda esperava por se fazer.

O mundo assistiu a um processo que mobilizou milhões de pessoas e que vingou, apesar de não ter havido direito à associação, à liberdade e à livre expressão. Com a força dos desvalidos a comunicação eclodiu pelas mídias sociais. A princípio frágil, sem outro poder que o da vontade popular

com palavras de ordem pela liberdade, pela justiça e pelos direitos humanos, instaurou uma comunicação planetária de luta por liberdade, concretizada pelas redes sociais e pelas ondas de celulares, apesar das proibições e das restrições técnicas instauradas por governos autoritários.

A mudança surgiu nos países do sul, portanto, de forma verticalizada, mas agora partindo da base. Foi uma conquista, não uma permissão. Os países que representavam as antigas colônias libertas, que eram os mitigantes do acesso paritário à comunicação junto à UNESCO, se rebelaram e instituíram as mídias sociais como instrumento de luta. A reordenação nasceu do conflito, da luta, fez mártires; não nasceu da paz, como imaginaram seus postulantes nos anos 1980 (UNESCO, 1983).

E, para que o objetivo da reordenação da Comunicação possa ser fortalecido, faz-se necessária a adoção de outro modelo. Humanizado, não elitista, democrático e não mercantil, como pregava Luis Ramiro Beltrán, referindo-se à ligação entre o desenvolvimento rural e Comunicação para o Desenvolvimento. Uma forma que se constitui o germe de uma comunicação participativa e associativa como caminho para a construção de sociedades mais humanas e solidárias. A Comunicação para o Desenvolvimento pressupõe a mídia livre, plural e o direito à informação e à comunicação para a resolução de questões globais de interesse público. O direito à comunicação constitui prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia.

Em um mundo onde a comunicação seja mais democrática, seja um direito, seja formativa e dê voz aos despossuídos, os horizontes dos homens se ampliarão rumo